

**Evitar a palavra *tortura*. Os media norte-americanos e o enquadramento político de Abu Ghraib\***

---

*Lance Bennett*

University of Washington USA

*Regina G. Lawrence*

Portland State University USA

*Steven Livingston*

George Washington University USA

*Resumo:*

Tomando como base os conceitos de enquadramento noticioso, orientação do jornalismo para acontecimentos e indexação, este artigo analisa a cobertura jornalística no *Washington Post* e noutros grandes media norte-americanos da situação dos presos iraquianos detidos em Abu Ghraib. Os autores demonstram que os grandes media americanos suavizaram a acção dos militares norte-americanos usando o enquadramento “abuso” em vez do enquadramento “tortura”, acompanhando assim a versão das autoridades oficiais.

*Palavras-chave:*

Abu Ghraib; Iraque; Enquadramentos; Fontes oficiais; Análise de conteúdo.

Quando Joseph Darby regressou ao seu posto na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, depois da sua licença em Novembro de 2003, ouviu algo sobre um tiroteio em Tier 1A. Darby perguntou ao agente da polícia militar encarregado da área se havia fotografias do lugar. Este deu-lhe dois CDs de fotografias, mas não era propriamente aquilo que Darby esperava ver. Como mais tarde descreveu o *Washington Post*, essas imagens viriam desde logo a “tornar-se

\* Artigo com base na Conferência de W. Lance Bennet, *Media Democracy: How the U.S. Press System Works, and Why It Failed in the case of Iraq* (ISCTE, Lisboa, Junho de 2005), publicado com permissão dos autores. Tradução de Marisa Torres da Silva.

simbólicas; entre elas, encontravam-se a pirâmide de seres humanos nus, homens encapuçados em cima de uma caixa, presos por fios eléctricos...” (Higham & Stephens, 2004). Essa notícia do *Post* foi publicada três semanas após o aparecimento das primeiras imagens, no programa da CBS News *60 Minutes II*, a 28 de Abril de 2004. Diversas organizações noticiosas e jornalistas de relevo obtiveram imediatamente outras fotografias e um conjunto de documentos que pareciam fornecer o contexto adequado para interpretar as imagens. Por exemplo, entre as fontes de informação da notícia do *Post*, encontravam-se: um relatório da Cruz Vermelha Internacional que participava de anteriores violações das leis internacionais nessa mesma prisão; um relatório do general Taguba, que investigava as actividades na prisão; e declarações de Darby, dos advogados dos soldados acusados de crimes, do general responsável pela prisão e dos soldados que tiraram e apareceram nas fotografias.

Apesar da utilização de todas estas fontes, a estória era vaga quanto ao significado das fotografias. O parágrafo inicial dava a entender que as fotos aparentavam terem sido tiradas apenas por brincadeira, e não como fazendo parte de um interrogatório. Mas o que dizer das cenas representadas nas fotografias? Tal como centenas de outras notícias do *Post* que foram codificadas para esta análise, esta peça jornalística não atribuiu outro significado às imagens além do enquadramento oficial, decidido a escapar à dimensão política da estória. Ainda que a peça tivesse cerca de 1800 palavras e descrevesse comportamentos na prisão que poderiam ser designados como tortura, esta palavra nunca foi utilizada. Por exemplo, o general Karpinski, responsável pela prisão, afirmou que esta se encontrava sob a alçada dos serviços secretos. Os soldados da prisão declararam que os militares que apareciam nas fotos estavam a prestar assistência aos agentes dos serviços secretos, a “preparar” os prisioneiros para os interrogatórios. Segundo o artigo, a Cruz Vermelha, na sua visita em Outubro de 2003, encontrara prisioneiros a serem despidos e humilhados – práticas descritas pelo agente dos serviços secretos encarregue dos interrogatórios como fazendo “parte do processo”. Ainda assim, o artigo do *Post* concluía vagamente: “Permanece por explicar que papel desempenhavam ao certo os agentes dos serviços secretos nos abusos mostrados nas fotografias e vídeos feitos pelos soldados na prisão” (Higham e Stephens, 2004).

De facto, os dados apresentados neste estudo mostram que nos quatro meses seguintes, até Abu Ghraib ficar esquecido na campanha para as eleições presidenciais, o *Post* e outras importantes organizações jornalísticas debateram-se com o significado e as origens da depreciação nessas fotografias. Durante o Verão e o Outono de 2004, não obstante a crescente existência de provas que deram origem a interpretações mais ousadas, as páginas dos principais jornais norte-americanos nunca conseguiram oferecer um enquadramento noticioso que

desafiasse efectivamente o enquadramento do governo, no qual Abu Ghraib constituía um caso isolado de chocante abuso.

Os nossos dados também mostram que, de acordo com os códigos jornalísticos da grande imprensa norte-americana, os editores de alguns desses jornais, incluindo o *Post*, utilizavam mais essas provas em editoriais e artigos de opinião externos, que discutiam o advento de uma prática de tortura na guerra contra o terrorismo. Esse diálogo político acabou por se perder, uma vez que os enquadramentos noticiosos como actos isolados de abuso continuavam a ser veiculados para o grande público.

Os dados das sondagens sugerem que o enquadramento da prática de tortura para os acontecimentos de Abu Ghraib poderia ter tido consequências políticas graves. Por exemplo, segundo uma sondagem do PIPA (2004) publicada em Julho, dois terços (66%) dos inquiridos disseram que “os governos nunca deveriam utilizar a tortura física” e 60% responderam que os Estados Unidos deveriam alargar os direitos dos prisioneiros de guerra a combatentes não convencionais.<sup>1</sup> A grande maioria considerava também os argumentos contra o uso da tortura mais persuasivos que os favoráveis: como “líder moral”, os Estados Unidos “não deveriam rebaixar-se ao promover a tortura ou tratamentos cruéis ou degradantes” (apesar de 63% também considerar convincente o argumento de que “por vezes, as necessidades militares podem abrir excepções”). No entanto, apenas 35 a 55% dos inquiridos sabiam que o Secretário de Estado da Defesa autorizara práticas semelhantes às mostradas pelas fotografias (55% sabia que este responsável autorizara posições de stress e encapuçamento, 45% sabia da utilização de cães para assustar os prisioneiros e apenas 35% sabia que autorizara os militares a obrigar os prisioneiros a despirem-se). Ao todo, 59% dos inquiridos que conheciam a autorização destas práticas responderam ser provável que este escândalo os impedisse de votar em Bush.

Os dados que adiante apresentamos sugerem que o conhecimento do público sobre este assunto reflecte a relativa ausência, na imprensa dominante, de um contra-enquadramento para o caso isolado de abuso em Abu Ghraib. Paralelamente, fora das redacções da grande imprensa norte-americana, as mesmas imagens e os mesmos documentos eram objecto de um enquadramento mais forte em termos de uma prática de tortura na guerra contra o terrorismo. Por exemplo, as imagens de crueldade e depravação em Abu Ghraib no tempo de Saddam Hussein ficaram associadas, nos media islâmicos de todo o mundo, a uma diversidade de enquadramentos que contrariava as exigências norte-americanas de libertar os iraquianos do seu regime de tortura. Um jornalista político, Mark Danner, chegou a gracejar que os terroristas não poderiam ter encontrado melhor logotipo do que o homem encapuçado, afirmando: “[Abu Ghraib] deu uma imagem de marca à repressão norte-americana: falo da fotografia do

homem encapuçado, agora reconhecida em todo o Médio Oriente e em todo o mundo islâmico como um símbolo dos Estados Unidos e dos horrores que inflige aos muçulmanos. Se Osama bin Laden fosse à Madison Avenue e pedisse uma imagem publicitária para a ‘jihad’ [Guerra Santa], nem mesmo a melhor empresa conseguiria inventar algo que superasse essas imagens” (Gilson, 2004).

O enquadramento da tortura não se limitou, porém, aos media islâmicos. O enquadramento como política governamental norte-americana prioritária foi evidente na maior parte da cobertura jornalística internacional deste acontecimento. No fim do Verão, o Departamento do Estado compreendeu que a reacção internacional aos dois relatórios do governo norte-americano sobre Abu Ghraib contrariara em grande medida o enquadramento oficial de “abuso isolado”. Na Europa e no Médio Oriente, os jornais produziram afirmações como estas: “Há provas suficientes de que Donald Rumsfeld aceitou e promoveu os abusos dos prisioneiros, contrariando as convenções de Genebra” (*Aftenposten*, jornal de referência norueguês); “Finalmente, [os relatórios] confirmaram oficialmente que os crimes horrendos dos norte-americanos não constituíram casos isolados... [mas pelo contrário] foram cometidos com a bênção do mais alto nível... Se o [mesmo] relatório fosse divulgado noutro país, os Estados Unidos protestariam com veemência em prol dos direitos humanos” (jornal egípcio pró-governo *Al-Akhbar*); “As regras militares norte-americanas de tratamento dos prisioneiros têm que ser urgentemente revistas” (jornal conservador *London Times*).

Claro que houve jornalistas norte-americanos que também consideraram o enquadramento da prática de tortura como o que melhor se encaixava no conjunto da documentação disponível. No entanto, não pertenciam à imprensa “institucional”, que se tornara extensão do processo governativo (Cook 1998). Por exemplo, Mark Danner usou a palavra “tortura” e provas documentais que associavam as fotos a esse termo – mas fê-lo no jornal *The New York Review of Books*, e não no *The New York Times* (Danner, 2004). Também Seymour Hersh (2004a, 2004b) escreveu dois artigos no *The New Yorker*, publicados logo após o aparecimento das fotografias na televisão. Um dos artigos associava-as a práticas ainda mais chocantes, descritas numa investigação do Exército (o relatório Taguba), e seguia um rasto de documentos e informações, do Departamento de Defesa aos canais de comando em Guantanamo, Iraque e Abu Ghraib, sobre a prática norte-americana de interrogatórios. Mais uma vez, contudo, Hersh não pertencia à chamada *imprensa dominante*. Apesar de a maioria dos membros desta imprensa que investigavam este assunto terem certamente lido os artigos de Hersh, continuavam a contar a versão fragmentada e oficial da história, similar à notícia do *Post* acima referida.

É tentador associar a predominância do enquadramento de acto de abuso isolado em detrimento de prática de tortura aos mesmos processos que levaram

as principais organizações noticiosas a aceitar a versão oficial do governo, que apresentava o Iraque como ameaça séria à segurança nacional, em oposição a provas substanciais que mostravam o contrário antes do começo da guerra no Iraque (Bennett 2005, 119-122). Todavia, há uma diferença fundamental entre os casos da Guerra do Iraque e o escândalo de Abu Ghraib. Vários jornalistas, incluindo os editores do *Times* e do *Post*, admitiram mais tarde que tinham tratado com pouco cuidado os argumentos da Administração a favor da guerra, em particular os que diziam respeito às alegadas armas de destruição maciça (Kurtz 2004; *New York Times*, 2004; ver também Jackson, 2004). Pelo contrário, muitos jornalistas e alguns acadêmicos (Entman, 2004b) apontariam a descoberta das fotos de Abu Ghraib como exemplo de bom jornalismo de investigação, mesmo de vigilância ao poder. A nossa análise mostra que, apesar das fotos e da rica documentação contextual, a imprensa dominante não conseguiu enquadrar a estória de uma forma que fosse além da versão do governo. É verdade, as fotografias criaram a notícia, mas Karl Rove (conselheiro de Bush) provavelmente escreveu as legendas.

### **Modelos de enquadramentos noticiosos e independência da imprensa**

Curiosamente, investigações anteriores mostraram que a imprensa dominante constrói, de facto, narrativas noticiosas relativamente independentes, sobretudo quando os acontecimentos proporcionam pretextos convenientes e legitimizadores. É certo que as organizações noticiosas vêem certos acontecimentos de destaque como oportunidades para deliberação sobre problemas que esses mesmos eventos parecem implicar (Bennett e Lawrence, 1996; Lawrence, 2000; Lawrence, 2001). Nesses casos de “definições de problemas orientadas para acontecimentos”, as organizações noticiosas baseiam-se em eventos simbólicos, sobretudo os que desafiam assunções e valores culturais, para colocar questões essenciais sobre políticas correntes, estruturas de poder, práticas da sociedade e normas culturais. Este modelo sugere a possibilidade de existência de uma imprensa relativamente independente, que explora o valor dramático e narrativo de acontecimentos problemáticos, para desenvolver linhas narrativas à margem da versão oficial. No entanto, torna-se claro que certas estórias, como as que derivam de ícones poderosos como as fotos da prisão, rapidamente se encaixam num padrão que se preocupa em indexar o rol das perspectivas noticiosas aos parâmetros oficiais de concordância e consenso (Bennett, 1991; Bennett e Livingston, 2003, Lawrence, 2000). Este é o padrão noticioso mais rotineiro e previsível que parece prevalecer nas notícias sobre assuntos delicados de política internacional e de segurança nacional, os quais fazem com que, por sua vez, os governantes hesitem em incutir no público preocupações e desacordo. Segundo

este modelo, a imprensa tem dificuldade em agir com independência e em introduzir enquadramentos contrastantes, sem marcas da versão oficial, sobretudo em matérias de Estado. O resultado desta dinâmica consiste, curiosamente, numa imprensa semi-independente, com momentos de relativa independência e cumplicidade para com estratégias governamentais de gestão das notícias (Bennett e Livingston, 2003).

Robert Entman (2004) propôs recentemente um modelo de enquadramentos noticiosos que possui aspectos em comum com os modelos de “notícias orientadas para acontecimentos” e com o modelo de indexação, mas com aspectos distintivos. Segundo o seu modelo de “activação da cascata”, os governos têm mais êxito na gestão de notícias quando utilizam enquadramentos culturalmente relevantes para definir acontecimentos facilmente interpretados como “congruentes” em termos culturais. Defende o autor que, por exemplo, o governo de Bush não teve dificuldades em rotular os atentados de 11 de Setembro, que a maioria dos norte-americanos veria como injustificados, como um “ataque às nossas liberdades” e um “acto de guerra”. Da mesma forma, sustenta Entman, enquadramentos fundamentalmente incongruentes com os valores e as maneiras de pensar norte-americanos são facilmente destruídos e reconduzidos pelo governo para “caminhos mais reconfortantes do ponto de vista psicológico”. Caracterizar os atentados de 11 de Setembro como uma resposta à política internacional dos Estados Unidos no Médio Oriente, por exemplo, seria um enquadramento problemático para os jornalistas e para os críticos sociais (Lawrence e Birkland, 2002; Traugott e Brader, 2002). Surgem contudo dificuldades quando o governo tenta enquadrar as notícias em torno de acontecimentos para os quais “a cultura política proporciona uma orientação ambígua”. Tal ambiguidade, sobretudo quando associada a uma falta de consenso entre as elites, tem como consequência a construção de enquadramentos alternativos, apesar de os casos de estudo de Entman revelarem que, na prática, a imprensa dominante falha rotundamente na criação de enquadramentos alternativos quando prevalece a ambiguidade.

O caso de Abu Ghraib proporciona um teste essencial a estas teorias, baseado em vários elementos:

1. As principais organizações noticiosas divulgaram o caso independentemente do governo, tendo sido, aliás, pressionadas para não o fazerem (a CBS, a pedido do governo, reteve a sua estória sobre Abu Ghraib durante duas semanas).
2. As fotografias proporcionaram uma estória irresistível e tocante (do ponto de vista jornalístico) e um fluxo contínuo de acontecimentos, à medida que as imagens apareciam e eram tornadas públicas, para lhe dar movimento. Além disso, os acontecimentos representados nas fotos exigiam interpre-



tação. Este impulso para a estória de Abu Ghraib poderia levar-nos a esperar um padrão noticioso orientado para o acontecimento, que incluísse perspectivas críticas para contrapor à versão oficial.

3. Várias fontes, em memorandos e relatórios (adiante descritos) obtidos quer através do governo norte-americano, quer através de organizações credíveis como a Cruz Vermelha Internacional, sugeriam que os incidentes em Abu Ghraib eram representativos de um problema mais vasto, de tortura oficialmente autorizada. Antes destes acontecimentos, algumas notícias, ainda que pontuais, relatavam o que aparentava serem significativas violações dos direitos humanos nos campos militares norte-americanos no Iraque (Hanley, 2003a, 2003b). Estes documentos e relatórios sugeriam que tinham sido tomadas decisões políticas ao mais alto nível para incutir dor e sofrimento psicológico, para “fragilizar” os prisioneiros detidos durante a guerra ao terrorismo, criando assim um ambiente de detenção abusivo.
4. As provas sugeriam ainda que estas práticas não tinham ocorrido apenas em Abu Ghraib, mas também noutras prisões sob a alçada dos Estados Unidos, tanto no Iraque como no Afeganistão e na Baía de Guatanamo, em Cuba. Esta documentação poderia levar-nos a esperar preocupação da grande imprensa em enquadrar mais criticamente esta estória, inicialmente orientada para o acontecimento. Com efeito, todo este rasto de papéis e as investigações oficiais que lhe estavam na base poderiam ter legitimado a inclusão de enquadramentos noticiosos críticos, de acordo com os modelos da indexação e da *activação da cascata*.
5. No entanto, convencer a oposição política a promover o enquadramento prática de tortura não teve eco nas principais instituições governamentais norte-americanas, sobretudo no Congresso. Segundo os três modelos acima referidos, as fontes oficiais são as primeiras definidoras das narrativas noticiosas. Uma estória importante e polémica, com documentação rica mas sem fontes de informação de grande autoridade no âmbito do poder institucional, constitui um teste à capacidade da grande imprensa poder construir e sustentar, de forma independente, um enquadramento noticioso de desafio.
6. Esta estória é também um teste a essa capacidade da imprensa quando aparecem, ainda que muito mais tarde, importantes fontes oficiais. Em fins de 2004, princípios de 2005, quando o Senado se preparava para confirmar Alberto Gonzales, nomeado por Bush como Procurador-geral (Attorney General), a *tortura* reentrou nas notícias, ainda que de modo escasso. O impulso do novo guião de *tortura* na história de Gonzales consistiu no aumento do volume de importantes vozes nas instituições chave. Com contributos de senadores dos dois partidos, foi-se traçando um enquadramento mais limitado de tortura, menos centrado nas referências às políticas gerais

norte-americanas ou nas verdadeiras práticas em Abu Ghraib, do que no posicionamento pessoal de Gonzales quanto ao uso da tortura na guerra contra o terrorismo.

### **A importância dos enquadramentos**

Antes de entrarmos na análise da forma como um enquadramento pode emergir ao ponto de separar as práticas em Abu Ghraib de outros assuntos mais vastos, relacionados com a política, a responsabilidade e os valores democráticos, parece-nos fundamental explicar a razão pela qual enquadramentos alternativos poderiam ter feito a diferença. Neste processo, descreveremos também os nossos padrões para determinar até que ponto existiu uma disputa de enquadramentos na cobertura jornalística da grande imprensa sobre Abu Ghraib, em 2004.

Em primeiro lugar, o enquadramento de Abu Ghraib era importante no posicionamento da política norte-americana perante o mundo, onde a maior parte da imprensa, aliás, utilizou o termo tortura (Departamento de Estado, 2004). Em particular, a imprensa árabe enquadró as fotografias de forma ainda mais crítica do que as torturas existentes na mesma prisão durante o regime de Saddam, devido à humilhação sexual utilizada nos prisioneiros de fé islâmica – práticas que alegadamente ocorreram em Guantanamo e no Afeganistão antes e depois dos incidentes de Abu (Dowd, 2005). Em segundo lugar, o enquadramento era importante nos Estados Unidos porque se tratava de um problema de política nacional. Se as políticas criadas pelo governo de Bush passavam por cima das leis nacionais e internacionais sobre a tortura, então os Estados Unidos ter-se-iam transformado numa nação desonesta, com as suas tropas sujeitas à tortura por parte de outros países e os seus líderes sujeitos a processos de crimes de guerra, entre outras coisas. Em terceiro lugar, o enquadramento era importante nos Estados Unidos porque, dependendo da perspectiva, as questões em torno dos valores democráticos poderiam ser colocadas de forma a que o cidadão comum compreendesse a distância que separa os ideais culturais norte-americanos e as práticas documentadas nas fotografias de Abu Ghraib.

Neste artigo, não pretendemos dizer o que realmente aconteceu em Abu Ghraib, nem pretendemos afirmar que tortura é o único termo ou o mais correcto para caracterizar estes acontecimentos. Todavia, defendemos que a qualidade do debate nacional sobre os acontecimentos de Abu Ghraib foi fundamental para orientar os três níveis de importância do enquadramento acima referidos, no *timing* exacto para remediar os estragos feitos na reputação dos Estados Unidos, nas possíveis transgressões da política ao mais alto nível e na auto-compreensão cultural dos norte-americanos. O papel da grande imprensa nacional foi crucial neste debate. Como demonstrámos, os círculos oficiais estavam pouco interessados



no enquadramento da tortura ou em concluir, através da documentação disponível, que os acontecimentos representados nas fotos tinham origem, de facto, numa política de intervenção que permitia o que convencionalmente se designa como tortura.

Fora da imprensa dominante, por outro lado, outros media criaram uma disputa de enquadramentos nacionais bem mais pujante. Por exemplo, o circuito conservador das *talk* rádios, listas de e-mail, alertas de Internet e outros media proporcionou a milhões de cidadãos um enquadramento alternativo ainda menos grave que o de “abuso isolado”, sustentando que alguns soldados utilizaram os prisioneiros em Abu Ghraib como tubo de escape para o seu stress acumulado. A relativa fraqueza da disputa de enquadramentos na imprensa dominante, quando comparada com o seu real vigor nos media alternativos situados politicamente à esquerda ou à direita, não constituiria um problema se não acreditássemos que a grande imprensa, com as suas exigências profissionais, deve limitar as opções racionais de enquadramento antes de as apresentar ao público, de forma a possibilitar o seu esclarecimento.

Este princípio da grande imprensa revela um padrão normativo pelo qual a imprensa poderia fornecer interpretações alternativas de situações complexas a cidadãos apressados. Entman propõe um útil padrão normativo de enquadramento alternativos que sejam significativos:

Os media deveriam dar informação suficientemente independente de forma a que os cidadãos pudessem construir os seus próprios enquadramentos alternativos sobre problemas e acontecimentos. Não lhes basta apresentar a informação de um modo fragmentado. O que os cidadãos precisam é de um enquadramento alternativo, construído por palavras e imagens significativas, com uma amplitude tal que se constitua como real alternativa à interpretação oficial (2004: 17).

A nosso ver, um forte contra argumento mediático em oposição ao enquadramento oficial de Abu Ghraib incluiria diversos elementos: uma *categorização* ou caracterização alternativa dos acontecimentos; uma explicação alternativa das causas desses eventos, por exemplo, um relato consistente que se centrasse na cadeia hierárquica dos líderes militares e civis, incluindo o Presidente, que estabeleceu práticas de tratamento dos prisioneiros; e uma descrição alternativa dos próprios prisioneiros que, sabe-se agora, eram criminosos menores e até civis inocentes sem ligação a actividades terroristas (Comité Internacional da Cruz Vermelha, 2004).

Neste artigo, centrar-nos-emos apenas no primeiro aspecto do contra argumento: o aparecimento de uma *categorização* alternativa. Como sustenta Entman (2004: 39), as etiquetas e categorias aplicadas a incidentes internacionais

tanto promovem como inibem o julgamento moral, podendo assim estimular ou limitar os esforços do governo em influenciar a opinião pública. *Maus-tratos* ou *escândalo* são palavras mais inócuas do que *abuso*, que, por sua vez, é menos grave do que *tortura*. Estes rótulos implicam diversos graus de intencionalidade e de crueldade e, conseqüentemente, convocam vários níveis de julgamento moral. *Maus-tratos* e até *abuso* podem incluir, por exemplo, comportamentos negligentes, enquanto que *tortura* é claramente intencional. Por outro lado, *tortura* tem uma forte ligação, em linguagem corrente, com a terminologia legal, e na prática, com interrogatório. A *tortura* sugere então uma intencionalidade mais forte por detrás das acções dos soldados – e das práticas dos seus superiores hierárquicos. Se, por um lado, reconhecemos que a categorização dos acontecimentos de Abu Ghraib é a única dimensão de um possível contra argumento, defendemos também, por outro lado, que é um aspecto essencial, precisamente porque tais etiquetas proporcionam pistas aos governantes e ao público sobre o significado desses eventos e como agir a partir deles.

Nesta perspectiva, a principal razão pela qual o enquadramento de Abu Ghraib foi importante relaciona-se com o funcionamento das notícias no discurso democrático. A nossa análise revela um nível reduzido de independência da imprensa, avaliado pela incapacidade de sustentar um contra argumento baseado num jornalismo de investigação ou documental. Os dados sugerem que, dada a ausência de um enquadramento mais crítico preconizado pelas fontes oficiais de alto nível, a imprensa dominante, na maior parte das vezes, ignorou o enquadramento *tortura* e veiculou o enquadramento do *abuso*, mais ambíguo, ou até o enquadramento ainda mais inócuo dos *maus tratos*. Por outras palavras, os jornalistas “independentes” não foram capazes de tirar conclusões independentes sobre o significado das fotografias de Abu Ghraib. Uma conclusão possível deste estudo poderá ser o facto de a imprensa não ter autonomia para criar enquadramentos independentes em casos de grande importância – embora os jornalistas possam introduzir de forma independente enquadramentos em casos menos relevantes para o Estado.

### **Enquadramento e dinâmica da estória: descrição em profundidade**

Já que Abu Ghraib se transformou numa estória vasta e complexa, é necessário traçar o quadro da sua dinâmica de enquadramento. Assim sendo, apresentamos os nossos resultados de duas formas, começando por uma descrição profunda que introduz uma posterior e mais detalhada análise empírica. A análise dos dados segue e desenvolve os pontos principais da descrição em profundidade.

O *Washington Post* (doravante designado como *WAPost*) depressa se transformou na organização noticiosa norte-americana mais importante da estória, por um

lado, porque obtive muitas fotos (cerca de mil) que foi actualizando e publicando ao longo do tempo, e, por outro, porque muitos dos seus grandes repórteres foram destacados para a seguir, à medida que atingia o Congresso, a Casa Branca, o Departamento de Justiça e o Pentágono, bem como as delicadas operações militares no Iraque, Afeganistão e Guantanamo, em Cuba. A nossa análise de conteúdo de todos os artigos de opinião e editoriais do *WA Post* e de uma amostra dos jornais nacionais (norte-americanos) mostra que, quando o artigo de análise do *WA Post* foi publicado em 22 de Maio de 2004, menos de um mês depois do primeiro aparecimento das fotos e no momento em que a intensidade da cobertura jornalística começava a diminuir, a imprensa nacional dominante enquadrou a estória como um caso ambíguo de abuso, e não como um possível exemplo de uma prática mais sistemática de tortura que abrangia o Afeganistão, Guantanamo e o Iraque.

Quando, em Agosto, o relatório Schlesinger, supervisionado por Donald Rumsfeld, conseguiu travar a estória, suspendendo-a até depois das eleições, o enquadramento ambíguo do abuso estava firmemente estabelecido – e ainda se tornou mais forte quando o relatório teceu vagas críticas ao Secretário de Estado da Defesa (ainda que não mencionasse o seu nome). As críticas do relatório e as notícias davam a entender que não tinha sido o Secretário de Estado da Defesa a estabelecer uma prática de tortura, mas sim que este responsável tinha falhado na preparação de condições adequadas nas prisões sob alçada norte-americana. A inferência que daí se retirava não era o facto de as fotografias representarem um regime autorizado de interrogatórios (com inovações locais), mas sim uma situação desregulada que deveria ter sido vigiada.

O que é interessante verificar nas opções jornalísticas que sistematicamente seguiram as fontes oficiais (quer na estória dos abusos em Abu Ghraib quer no enquadramento das armas de destruição maciça que conduziram à guerra do Iraque) é o facto de parecerem assentar numa espécie de intuição jornalística que caracteriza a grande imprensa. Esta é a forma como o provedor dos leitores do *The New York Times*, Daniel Okrent, explica a razão pela qual os editores do *Times* preferiram utilizar o termo *abuso* em vez de *tortura*:

Apesar da cobertura do *Times* ser por vezes agressiva, isso muitas vezes não se reflecte na linguagem utilizada pelo jornal. A estória da prisão iraquiana é um excelente exemplo, como notaram alguns leitores: nas últimas semanas, as peças jornalísticas deram a dimensão do escândalo e incluíram vários testemunhos na primeira pessoa de antigos prisioneiros. Mas a linguagem utilizada nas peças jornalísticas para caracterizar o que se passou em Abu Ghraib e noutros lugares é, comparativamente, uma linguagem prudente. O problema específico consiste no uso do termo *abuso* em vez de

*tortura* para descrever certas acções dos militares norte-americanos, agentes dos serviços secretos. Pedi um comentário a Craig Whitney e Allan Siegal, dois editores executivos que têm a responsabilidade do fecho da edição do jornal, quando são elaboradas as primeiras páginas e tratados assuntos respeitantes à linguagem e ao estilo. Ambos ficaram surpreendidos quando lhes coloquei o problema e notaram substanciais diferenças de definição entre *abuso* e *tortura*; ambos asseguraram que não existe uma política do *Times* na escolha de um ou outro caminho; e ambos admitiram que talvez os leitores tivessem razão. Escreveu-me Whitney em e-mail: “Agora que me diz que as pessoas depreendem outras coisas da nossa não-utilização do termo *tortura* nos títulos, ficarei mais atento.” (Okrent, 2004)

Noutros casos, a decisão de enquadrar a estória como abuso em vez de tortura pareceu reflectir uma política editorial mais consciente, espelhando talvez o *ethos* da imprensa dominante, que apoia o governo em casos de crise eminente. Eis o que escreveu outro editor do *Washington Post* num chat on-line com os leitores acerca da estória:

**Washington, D.C.:** Por que é que caracteriza as táticas dos militares norte-americanos como *abuso* e não como *tortura*?

**Leonard Downie Jr.:** O abuso é óbvio, quando olhamos para a informação e as imagens que temos, e é desde logo muito grave. Tortura é um termo mais carregado de sentido e a sua utilização requer mais informação sobre até que ponto o abuso constitui tortura. (Downie, 2004).

Não sabemos de que outra informação precisaria este editor. Na altura em que fez esta afirmação, a 21 de Maio, havia já uma considerável documentação sobre as práticas em Abu Ghraib e noutras prisões sob tutela dos Estados Unidos e sobre o debate político em Washington acerca dos interrogatórios. O Quadro 1 lista as diversas fontes e provas que garantiam aos jornalistas existir uma prática sistemática no tratamento dos prisioneiros no Iraque e noutros lugares. Aliás, o *WA Post* baseou-se em todos estes documentos na sua cobertura de Abu Ghraib, mas ainda assim não conseguiu oferecer um enquadramento contrário ao proposto pelo governo. Como mostra o Quadro 1, muitos destes relatórios governamentais e outros documentos tinham sido tornados públicos quando Downie participou no chat com os leitores. Alguns dias antes, fora divulgado um documento particularmente forte de contra enquadramento, quando a *Newsweek* publicou um memorando de 2002 escrito por Alberto Gonzales, na altura conselheiro jurídico da Casa Branca, onde este defendia que fossem retiradas algumas restrições legais à tortura, norte-americanas e internacionais, no caso de prisioneiros da guerra contra o terrorismo. O próprio artigo do *Post*

**Quadro 1 - Fontes de informação que provaram problemas sistemáticos no tratamento de prisioneiros em campos de detenção norte-americanos, referidas pelo *Washington Post*, entre 1 de Maio e 30 de Agosto de 2004\***

| Fontes  | Descrição   | Data em que foram produzidas/<br>divulgadas  | Primeira data em que foram referidas no<br>WA Post** |
|---|---|--|--|
| Relatório Taguba                                      | Relatório do Maj. Gen. Antonio M. Taguba. Aponta falhas de comunicação, autoridade fragmentada, falta de treino e de supervisão dos guardas prisionais e problemas morais na prisão de Abu Ghraib; que a prisão estava sob controlo dos serviços secretos militares, violando as normas do Exército; um padrão de “abusos criminais sádicos, humilhantes selvagens” na prisão; que dois funcionários contratados por soldados do Departamento da Defesa e dois militares dos serviços secretos eram “directa ou indirectamente responsáveis” pelos incidentes abusivos atribuídos aos soldados do Exército; que guardas prisionais sustentavam que agentes dos serviços secretos comandavam soldados abusadores para fazerem os detidos confessar. Criticava a prática de “detidos fantasma”, prisioneiros da CIA fora das listas oficiais e do alcance dos investigadores da Cruz Vermelha. Recomendava que a Brig. Gen. Janis Karpinski fosse destituída e repreendida por falhas de comando. | Terminado em Março de 2004; publicado em princípios de Maio de 2004  | 30 de Abril de 2004                                  |
| Comité Internacional da Cruz Vermelha                 | Relatório final sobre a investigação de 14 centros de detenção no Iraque, entre Março e Outubro de 2003; incluía provas visuais de abuso físico, psíquico, humilhação e força excessiva; reportava que detidos apresentavam “marcas físicas e sintomas psicológicos”, que “aparentavam ser causados pelos métodos e duração dos interrogatórios”; sublinhava que a política militar tinha repetidas vezes “feito uso excessivo e desproporcionado da força... provocando mortes ou lesões”; também reportava estimativas de oficiais dos serviços secretos de que 70 a 90 por cento “de pessoas privadas de liberdade no Iraque tinham sido presas por erro.”   | Fins de Fevereiro de 2004; divulgado pelo Departamento de Estado em Fevereiro/Março de 2004; publicado pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha a 10 de Maio de 2004 | 6 de Maio de 2004                                    |
| Audiências do Comité do Senado para as Forças Armadas | O Maj. Gen. Taguba testemunhou que os guardas militares de Abu Ghraib eram os “sujeitos do controlo tácito dos interrogatórios” mas atribuiu os incidentes em Abu Ghraib à conduta “caprichosa” de uns tantos soldados. O Secretário da Defesa, D. Rumsfeld, lamentou o tratamento de iraquianos pelas forças americanas, prometeu mais investigação e proclamou: “esses acontecimentos ocorreram sob a minha pala. Como secretário da Defesa, sou responsável por eles e assumo toda a responsabilidade”. O Comité também tomou públicas as regras de interrogatório afixadas nas paredes de Abu Ghraib que incluía (com aprovação do Lt. Gen. Ricardo S. Sanchez, comandante das forças dos EUA no Iraque) nove duras técnicas de interrogatório, como privação prolongada do sono e uso de cães excitados.   | 5-7 de Maio de 2004  | 6 de Maio de 2004                                    |
| Amnistia Internacional                                | Conferência de imprensa em Bagdad (Maio 2003); encontro com oficiais do Depart. de Estado e do Pentágono (26 Junho 2003); o memorando, enviado ao responsável máximo da Coligação, Paul Bremer (1 Julho 2003), criticava as forças militares dos EUA por sujeitarem os prisioneiros iraquianos a condições “cruéis, inumanas ou degradantes”.   | Maio de 2003/<br>Julho de 2003   | 8 de Maio/<br>10 de Maio de 2004                     |
| Relatório Ryder                                       | Inquérito secreto do Maj. Gen. Donald J. Ryder, depois anexado ao relatório Taguba. O relatório Ryder recomendava que a polícia militar “não participasse em interrogatórios dirigidos pelos serviços secretos”; nas palavras do <i>Post</i> , o relatório “mostrou incidentes em prisões com fricções entre detidos e guardas norte-americanos... que levavam a motins e outros protestos, dominados pelos guardas com os abusos documentados nas fotografias” e no relatório Taguba.  | 6 de Novembro de 2003; divulgado em Março de 2004  | 9 de Maio de 2004                                    |

Quadro 1 - (cont.)

| Fontes  | Descrição   | Data em que foram produzidas/ divulgadas    | Primeira data em que foram referidas no WA Post**   |
|---|---|---|---|
| Técnicas de interrogatório aprovadas pelo Pentágono para utilização na prisão de Guantanamo Bay | Segundo o <i>Post</i> , a lista classificada de 24 técnicas “representa o primeiro documento público de uma fonte oficial que permite o uso de métodos de pressão física e psicológica nos interrogatórios”, técnicas que o documento oficial descreve como visando “provocar sentimentos de menoridade.” Para oficiais dos EUA, esses procedimentos, em parte baseados no memorando do Departamento de Justiça de Agosto de 2002 (ver acima), “eram menos coercivos que os autorizados [por Rumsfeld]”, em 2002.   | Dezembro de 2002; revistas em Abril de 2003 | 9 de Maio de 2004   |
| Relatório Human Rights Watch  | Com entrevistas a afeções detidos pelas forças dos EUA na base aérea de Bagram em 2002, que descreviam prisões e maus-tratos prolongados, como “uso contínuo de algemas, ficar muito tempo de pé, de joelhos ou em posições dolorosas”, e jactos de água gelada.  | Março de 2004                               | 11 de Maio de 2004  |
| Regras de interrogatório do Gabinete de Conselho Geral da CIA                                   | Vetadas pelo Departamento de Justiça e aprovadas pela direcção do Conselho Nacional de Segurança, apontavam que se procurasse a aprovação ao mais alto grau do uso de “medidas duras” que pudessem causar danos temporários físicos ou mentais.   | Depois do 11 de Setembro de 2001            | 11 de Maio de 2004  |
| Relatório Miller  | Relatório classificado do Maj. Gen. Geoffrey D. Miller, considerava que a polícia militar em Abu Ghraib deveria ser treinada para decidir “condições para bem sucedidos interrogatórios dos presos/ detidos.”   | 9 de Setembro de 2003                       | 16 de Maio de 2004  |
| Memorandos do Depart. de Justiça sobre a tortura  | O primeiro memorando, do conselheiro da Casa Branca Alberto Gonzales, sugeria que o presidente suspendesse a “antiquada” protecção aos prisioneiros de guerra, da Convenção de Genebra. O segundo, do Departamento de Justiça, a Gonzales, procurava especificar o grau de dor e de sofrimento legalmente permitido nos interrogatórios. Aconselhava que a tortura dos terroristas capturados fora do país “pudesse ser [legalmente] justificada,” e considerava que os interrogatórios norte-americanos podiam ser excluídos das leis internacionais, sob a autoridade do presidente como comandante supremo.  | 25 de Janeiro de 2002 e 1 de Agosto de 2002 | Referido a 18 de Maio de 2004; referido e relacionado com Abu Ghraib a 8 de Junho de 2004 |
| Memorandos Sanchez  | Memorandos do Lt. Gen. Ricardo S. Sanchez, a instruir o controlo da “iluminação, aquecimento... alimentação, vestuário e celas” dos interrogados em Abu Ghraib, e dizendo aos oficiais dos serviços secretos da prisão para se articularem mais com a polícia militar a fim de “manipular emoções e fraquezas dos detidos.” O primeiro memorando permitia técnicas como o uso de cães sem aprovação especial, enquanto o segundo restringia esse uso, exigindo autorização.   | 14 de Setembro e 12 de Outubro de 2003      | 21 de Maio de 2004  |
| Relatório Schlesinger   | Relatório dirigido pelo Secretário de Estado D. Rumsfeld, tornava a liderança civil e militar do Pentágono “indirectamente” responsável pela supervisão inadequada, a permitir condições como a sobrelotação que levava ao abuso dos detidos no Iraque. Não tinham sido encontradas “políticas de abuso” dos EUA nem “aprovados procedimentos” que permitissem a tortura ou tratamento desumano dos detidos; notava que as políticas de interrogatório usadas entre Dezembro de 2002 e Abril de 2003 para suspeitos de terrorismo na prisão de Guantanamo tinham “migrado para o Afeganistão e Iraque onde não tinham sido limitadas nem regulamentadas.” | Divulgado a 24 de Agosto de 2004            | 18 de Agosto de 2004  |

\* Todas as citações são citações directas das fontes citadas, salvo o contrário.

\*\* “Primeira data em que foram referidas” indica a data do primeiro artigo que menciona essa fonte em associação com Abu Ghraib.



sobre o memorando continha a seguinte citação de Gonzales: “Do meu ponto de vista, este novo paradigma torna obsoletas as apertadas limitações de Genebra quanto a interrogatórios dos prisioneiros inimigos e torna bizarras algumas das suas disposições” (Kessler, 2004).

Com efeito, as próprias reportagens de investigação do *Post* sugeriam claramente que os incidentes de Abu Ghraib poderiam ser associados a um problema sistemático mais vasto, mas em geral essas reportagens não referiam qual era o problema, sobretudo após Downie ter descrito a política de enquadramento do *Post*. Por exemplo, na primeira página do jornal de 11 de Maio, havia uma chamada para um artigo de 3005 palavras com o título *Secret World of U.S. Interrogation*, onde os jornalistas Dana Priest e Joe Stephens escreveram: “A prisão de Abu Ghraib no Iraque, onde uma unidade de soldados abusou dos seus prisioneiros, é apenas a maior e a mais conhecida de uma constelação mundial de prisões – muitas delas secretas e sem estarem sujeitas ao escrutínio público – que os Estados Unidos e a CIA criaram em nome do contra-terrorismo ou das operações de contra rebelião desde os atentados de 11 de Setembro de 2001”. O mesmo artigo citava um agente militar que trabalhara de perto com os agentes da CIA no Afeganistão, que afirmava não ser o abuso de prisioneiros nada de novo, e dizia também que uma dezena de antigos e actuais oficiais de segurança nacionais “incluindo vários que já assistiram a interrogatórios, defenderam técnicas de stress em interrogatórios e o uso da violência para com os prisioneiros sempre que necessário” (Priest e Stephens, 2004).

Tal evidência poderia ter garantido a introdução de um enquadramento de tortura na estória. Contudo, apesar dessa prova – e mesmo quando esta é apresentada na notícia – o *Post* hesitou em descrever as práticas de Abu Ghraib como tortura. Mesmo que a tortura não tivesse sido considerada como um enquadramento ao mesmo nível do abuso, poderia ter sido introduzida como alternativa razoável, de forma a que os leitores pudessem decidir num ou noutro sentido. Mas nos primeiros meses do desenvolvimento da estória, quando a atenção dos media sobre o assunto foi mais intensa, o enquadramento da tortura não conseguiu estabelecer-se. O artigo de mil palavras sobre o memorando de Gonzales, por exemplo, contextualizava as citações com a versão da Casa Branca, que afirmava que o relatório não se aplicava a Abu Ghraib, e não dava conta da contradição de o Secretário de Estado Colin Powell ter tentado convencer Bush a não implementar a recomendação. Ainda assim, a palavra *tortura* foi usada apenas uma vez neste artigo do *Post*, numa referência irónica ao efeito do memorando de Gonzales no governo, de provocar o adiamento de um relatório do Departamento de Estado para o cumprimento norte-americano dos direitos humanos internacionais, incluindo a luta contra a prática da tortura.

Assim, na maior parte do ano, à medida que os circuitos de comunicação conservadores produziam variantes à versão oficial, estabeleceu-se uma linha de enquadramento, que se situava entre o abuso, preconizado pelo governo, e a variante popularesca, revelada numa citação do próprio relatório Schlesinger (*animal house... on the night shift.*). Como funcionou este enquadramento concorrente? Eis o que o director editorial da CBS News, Dick Meyer, ouviu dizer ao animador de rádio Rush Limbaugh, no seu programa com uma audiência de 20 milhões de ouvintes:

Isto não é diferente do que acontece na iniciação de Skull e Bones, e estamos a destruir vidas de pessoas por causa disto, estamos a dificultar o nosso esforço militar e a dificultar-lhes a vida só porque eles se divertiram. Sabem, estas pessoas estão a ser despedidas todos os dias. Estou a falar de pessoas que se estavam a divertir, já ouviram falar de libertação emocional? Já ouviram falar da necessidade de criar um tubo de escape para as emoções? Agora digam-me se não se sentem imbecis por deixarem que este pequeno surto de sadismo contra os prisioneiros vos incomode? São só rapazes e raparigas a soltar as emoções numa situação de stress. Não vamos fazer disto um incidente internacional. (Meyer, 2004)

De facto, as possibilidades de interpretação que rodeavam as fotos nas semanas seguintes à sua divulgação no programa *60 Minutes II* da CBS a 28 de Abril de 2004 eram bastante ricas e importantes. Apesar do elevado número de estórias sobre o assunto nos meses seguintes (a nossa amostra da cobertura do *Washington Post* contém 242 notícias e 52 editoriais), o número de norte-americanos exposto a um jornalismo que levantava questões sérias sobre o uso da tortura como prática norte-americana era provavelmente mais pequeno que o número pertencente à América imaginada por Limbaugh, levada a pensar que o caso de Abu Ghraib tinha sido apenas uma espécie de praxe escolar.

A nossa pesquisa empírica, baseando-se nesta descrição em profundidade, inclui a análise de conteúdo de todas as peças jornalísticas de informação e de todos os artigos pertencentes à página editorial (excluindo as cartas dos leitores), desde os meses anteriores ao surgimento das fotografias no final de Abril de 2004 (para perceber até que ponto os relatórios anteriores tinham valor-notícia sem as fotos), até ao relatório Schlesinger que fechou a estória nos finais de Agosto, já perto das eleições presidenciais. Codificámos também uma amostra de mais de 900 notícias e de editoriais de 10 jornais nacionais. Procurámos verificar a frequência de termos como *tortura*, *abuso* e *maus-tratos*, bem como as fontes de informação que utilizavam estas palavras e a sua localização nos artigos. Analisámos ainda estes dados à luz de uma linha temporal de acontecimentos relacionados com decisões do governo, como investigações, relatórios

e audiências, que pontuaram o enquadramento e o tempo da estória e determinaram o seu argumento, à medida que a grande imprensa escrevia as suas variantes de acordo com a versão oficial.

### Metodologia

Iniciámos a análise com a recolha, a partir da base de dados Nexis, de todas as notícias e editoriais do *Washington Post* que mencionassem os acontecimentos de Abu Ghraib, entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Agosto de 2004. Utilizámos os seguintes termos específicos de busca: *Abu Ghraib* ou *Iraque e prisão*. O total de 609 itens recolhidos desta pesquisa inicial foi depois objecto de selecção, de acordo com a sua relevância relativamente aos acontecimentos de Abu Ghraib. Em primeiro lugar, leu-se cada título para determinar se o artigo se centrava efectivamente em acontecimentos e problemas relacionados com Abu Ghraib e o Iraque (se necessário, recorria-se ao texto integral para clarificar o foco central do artigo). Esta selecção reduziu a amostra a 412 artigos; um indicador da vasta repercussão de Abu Ghraib é o facto de muitos dos artigos que não se centravam neste evento lhe fazerem referência. A amostra foi de novo objecto de selecção através da identificação dos artigos que focavam de perto os eventos de Abu Ghraib e/ou as práticas dos Estados Unidos em relação à tortura, prisões, interrogatórios e outros assuntos afins<sup>2</sup>. Todas as cartas dos leitores foram excluídas. No final, constituímos uma amostra de 294 itens, composta por 242 notícias e 52 editoriais, colunas e artigos de opinião externa.

Estes 294 itens foram codificados por um estudante de pós-graduação, que desconhecia os objectivos deste estudo. Entre as variáveis utilizadas, encontrava-se a *etiqueta dominante*, a primeira expressão ou termo usado no artigo para caracterizar os acontecimentos de Abu Ghraib. As etiquetas mais utilizadas foram primeiro identificadas através da leitura de uma vasta amostra de itens e depois reunidas numa lista, da qual o codificador tinha que escolher a expressão mais adequada: *abuso*, *maus tratos*, *escândalo*, *tortura* ou *outra*. O codificador teve ainda de determinar se a etiqueta dominante aparecia no título ou no lead da estória (*localização da etiqueta dominante*) e também registar que etiqueta, se aplicável, era utilizada ao longo da notícia (a *etiqueta secundária*). Por fim, foi pedido ao codificador que determinasse qual a fonte da etiqueta dominante: soldados, chefes militares, líderes civis dos militares, incluindo o Pentágono e a Casa Branca, e outros agentes do governo (por exemplo, os membros do Congresso), jornalistas ou outras.

Foi efectuado um teste para avaliar a fiabilidade do codificador, utilizando um outro codificador, também estudante de pós-graduação, e um sub-corpus de 61 artigos. Para medir a fiabilidade do codificador, foram usados três testes

estatísticos. Os valores da fiabilidade inicial dos codificadores para a maior parte das variáveis situaram-se entre o aceitável e o excelente ( $p = 0,807$  para a etiqueta dominante;  $0,912$  para a disposição da etiqueta dominante;  $0,860$  para a fonte da etiqueta dominante;  $0,754$  para a etiqueta secundária), e aumentaram após a discussão dos itens em desacordo por parte dos codificadores. Através destas discussões, descobrimos importantes aspectos qualitativos na cobertura jornalística do acontecimento. Por exemplo, a etiqueta *tortura* aparecia sob a forma da negação, em detrimento de uma descrição afirmativa dos acontecimentos de Abu Ghraib. Por outras palavras, a Casa Branca e o Pentágono utilizaram algumas vezes a palavra *tortura* nas notícias, mas afirmando que a tortura não era uma prática aceitável nos Estados Unidos: este é uma dos usos da etiqueta que não seria facilmente captado no nosso esquema de codificação.

Para aperfeiçoar os resultados, levámos a cabo duas alterações nos dados codificados. Em primeiro lugar, fundimos as etiquetas dominante e secundária numa só variável, *etiqueta proeminente*. A fiabilidade dos codificadores desta variável aumentou para  $p = 0,917$ . Em segundo lugar, recodificámos a variável *fonte*, transformando-a em duas variáveis. Uma vez que os jornalistas eram frequentemente a fonte destas etiquetas nas notícias – ou seja, muitas vezes utilizavam as etiquetas sem atribuir as expressões a uma fonte exterior – a variável original não conseguia ter níveis de fiabilidade muito elevados.

Tendo observado que as etiquetas *abuso*, *maus-tratos*, *escândalo* e *tortura* eram as mais utilizadas no *WA Post* para descrever os acontecimentos de Abu Ghraib, efectuámos uma série de pesquisas na Nexis para verificar até que ponto essas mesmas expressões eram usadas na amostra de dez jornais norte-americanos: *Atlanta Journal Constitution*, *Boston Globe*, *Chicago Sun-Times*, *Los Angeles Times*, *New York Times*, *Plain Dealer*, *San Francisco Chronicle*, *Seattle Times*, *St. Petersburg Times* e *USA Today*.<sup>3</sup> Tal como na amostra do *WA Post*, verificou-se também se os artigos se centravam em Abu Ghraib e/ou nas práticas norte-americanas em relação aos prisioneiros; apenas os itens relevantes foram incluídos na análise. Os termos específicos e o número de artigos obtidos através destas pesquisas estão descritos mais adiante.

### **Análise dos resultados**

A nossa análise do *WA Post*, que descreveremos em primeiro lugar, apresenta vários padrões semelhantes aos dos outros jornais, adiante descritos. O Quadro 2 mostra a distribuição de notícias e o Quadro 3 a distribuição de artigos de opinião (editoriais, colunas de opinião externa) nas semanas entre o final de Abril e o final de Setembro. De forma clara, a segunda, terceira e quarta semanas após o aparecimento da estória na CBS a 28 de Abril tiveram uma cobertura

**Quadro 2 - Notícias relacionadas com Abu Ghraib por semana, no *Washington Post* (n = 242)**

|              | N          | %            |
|--------------|------------|--------------|
| 3/1-3/31     | 2          | 0.8          |
| 4/29-5/5     | 19         | 7.9          |
| 5/6-5/12     | 54         | 22.3         |
| 5/13-5/19    | 26         | 10.7         |
| 5/20-5/26    | 33         | 13.6         |
| 5/27-6/2     | 15         | 6.2          |
| 6/3-6/9      | 9          | 3.7          |
| 6/10-6/16    | 17         | 7.0          |
| 6/17-6/23    | 11         | 4.5          |
| 6/24-6/30    | 7          | 2.9          |
| 7/1-7/7      | 1          | 0.4          |
| 7/8-7/14     | 3          | 1.2          |
| 7/15-7/21    | 3          | 1.2          |
| 7/22-7/28    | 3          | 1.2          |
| 7/29-8/4     | 5          | 2.1          |
| 8/5-8/11     | 8          | 3.3          |
| 8/12-8/18    | 3          | 1.2          |
| 8/19-8/25    | 12         | 5.0          |
| 8/26-9/1     | 11         | 4.5          |
| <b>Total</b> | <b>242</b> | <b>100.0</b> |

**Quadro 3 - Artigos de opinião relacionados com Abu Ghraib por semana, no *Washington Post* (n = 52)**

|              | N         | %            |
|--------------|-----------|--------------|
| 4/29-5/5     | 4         | 7.7          |
| 5/6-5/12     | 16        | 30.8         |
| 5/13-5/19    | 7         | 13.5         |
| 5/20-5/26    | 5         | 9.6          |
| 5/27-6/2     | 3         | 5.8          |
| 6/3-6/9      | 2         | 3.8          |
| 6/10-6/16    | 3         | 5.8          |
| 6/17-6/23    | 2         | 3.8          |
| 6/24-6/30    | 2         | 3.8          |
| 7/8-7/14     | 1         | 1.9          |
| 7/15-7/21    | 2         | 3.8          |
| 7/22-7/28    | 1         | 1.9          |
| 7/29-8/4     | 1         | 1.9          |
| 8/26-9/1     | 3         | 5.8          |
| <b>Total</b> | <b>52</b> | <b>100.0</b> |

jornalística mais intensa. Constitui, assim, um período chave no qual a atenção do público em relação à estória foi provavelmente maior e no qual se formaram as suas impressões em relação aos incidentes de Abu Ghraib. Uma análise mais atenta (ver abaixo) mostra que a *tortura* surgiu com mais frequência na segunda e terceira semanas, tendo quase desaparecido após esse período.

Os Quadros 4 e 5 mostram que a preferência do *Post* pelos termos *abuso* e *escândalo* foi mais evidente nas páginas de notícias, onde foram as expressões mais utilizadas. Nas páginas de opinião, *abuso* (e não *escândalo*) foi o termo mais utilizado, mas ainda assim com um peso menor em relação às páginas de notícias. O Quadro 6 mostra que os artigos de opinião tenderam a utilizar o termo *tortura* três vezes mais do que nas páginas de notícias, embora *abuso* tenha sido a etiqueta dominante quer nas notícias quer nos artigos de opinião. O Quadro 7 mostra que, no *WA Post*, o termo *abuso* foi, de longe, o mais utilizado, tanto nas notícias como nos artigos de opinião. *Tortura* não apareceu muitas vezes como etiqueta proeminente, mesmo nos artigos de opinião, onde, segundo os nossos dados, essa palavra foi mais utilizada. O cruzamento das variáveis *etiqueta dominante* e *localização da etiqueta dominante* mostra que entre todas as ocorrências de etiquetas dominantes, nos títulos ou no lead dos artigos ( $n = 187$ ), 157 (84%)

**Quadro 4 - Data das etiquetas dominantes nas notícias relacionadas com Abu Ghraib por semana, no *Washington Post* (n = 242)**

| Semana       | Abuso      | Tortura   | Maus-tratos | Escândalo |
|--------------|------------|-----------|-------------|-----------|
| 4/29-5/5     | 17         | 3         | 9           | 1         |
| 5/6-5/12     | 49         | 12        | 10          | 10        |
| 5/13-5/19    | 26         | 1         | 5           | 9         |
| 5/20-5/26    | 30         | 2         | 3           | 19        |
| 5/27-6/2     | 13         | 3         | 0           | 6         |
| 6/3-6/9      | 8          | 0         | 0           | 6         |
| 6/10-6/16    | 15         | 2         | 2           | 5         |
| 6/17-6/23    | 10         | 2         | 2           | 6         |
| 6/24-6/30    | 6          | 1         | 1           | 0         |
| 7/1-7/7      | 1          | 0         | 0           | 1         |
| 7/8-7/14     | 3          | 1         | 0           | 2         |
| 7/15-7/21    | 3          | 0         | 0           | 1         |
| 7/22-7/28    | 3          | 1         | 1           | 0         |
| 7/29-8/4     | 5          | 0         | 0           | 3         |
| 8/5-8/11     | 0          | 0         | 0           | 2         |
| 8/12-8/18    | 3          | 0         | 1           | 0         |
| 8/19-8/25    | 11         | 0         | 1           | 5         |
| 8/26-9/1     | 11         | 0         | 3           | 4         |
| <b>Total</b> | <b>214</b> | <b>28</b> | <b>38</b>   | <b>80</b> |



**Quadro 5 - Data das etiquetas dominantes nos artigos de opinião relacionados com Abu Ghraib por semana, no *Washington Post* (n = 52)**

| Semana       | Abuso     | Tortura   | Maus-tratos | Escândalo |
|--------------|-----------|-----------|-------------|-----------|
| 4/29-5/5     | 3         | 1         | 1           | 1         |
| 5/6-5/12     | 14        | 4         | 2           | 6         |
| 5/13-5/19    | 5         | 2         | 0           | 5         |
| 5/20-5/26    | 4         | 1         | 1           | 2         |
| 5/27-6/2     | 1         | 1         | 0           | 1         |
| 6/3-6/9      | 2         | 1         | 0           | 0         |
| 6/10-6/16    | 3         | 2         | 1           | 0         |
| 6/17-6/23    | 1         | 1         | 0           | 1         |
| 6/24-6/30    | 1         | 1         | 0           | 1         |
| 7/1-7/7      | 0         | 0         | 0           | 0         |
| 7/8-7/14     | 1         | 0         | 1           | 0         |
| 7/15-7/21    | 1         | 0         | 1           | 0         |
| 7/22-7/28    | 1         | 0         | 0           | 1         |
| 7/29-8/4     | 1         | 0         | 0           | 0         |
| 8/5-8/11     | 0         | 0         | 0           | 0         |
| 8/12-8/18    | 0         | 0         | 0           | 0         |
| 8/19-8/25    | 0         | 0         | 0           | 0         |
| 8/26-9/1     | 3         | 2         | 9           | 1         |
| <b>Total</b> | <b>41</b> | <b>16</b> | <b>16</b>   | <b>19</b> |

\* Estes dados baseiam-se na combinação de etiquetas, o que significa que foram usadas como primeira ou segunda etiqueta em cada artigo.

**Quadro 6 - Percentagem de artigos que utilizam cada etiqueta de forma proeminente, por tipo, no *Washington Post*, desde 1 de Abril de 2004 a 29 de Setembro de 2004**

|                                    | Abuso     | Tortura  | Maus tratos | Escândalo |
|------------------------------------|-----------|----------|-------------|-----------|
| <b>Notícias (n = 242)</b>          | 91% (222) | 11% (28) | 16% (40)    | 33% (80)  |
| <b>Artigos de opinião (n = 52)</b> | 82% (43)  | 30% (16) | 13% (7)     | 36% (19)  |

\* Estes dados baseiam-se nos nossos resultados de combinação de etiquetas, o que significa que foram usadas como primeira ou segunda etiqueta em cada artigo. Os números entre parênteses são as frequências de cada célula; as percentagens não estão arredondadas.

**Quadro 7 - Etiquetas dominantes utilizadas para descrever Abu Ghraib, por tipo, no *Washington Post*, desde 1 de Abril de 2004 a 29 de Setembro de 2004**

|                                    | Abuso     | Tortura | Maus tratos | Escândalo |
|------------------------------------|-----------|---------|-------------|-----------|
| <b>Notícias (n = 242)</b>          | 81% (188) | 3% (9)  | 3% (7)      | 12% (29)  |
| <b>Artigos de opinião (n = 52)</b> | 61% (32)  | 17% (9) | 3% (2)      | 13% (7)   |

\*Estes resultados baseiam-se na nossa variável "etiqueta1", que representa a etiqueta dominante utilizada em cada artigo. Os números entre parênteses são as frequências de cada célula; as percentagens não estão arredondadas.

apresentaram *abuso* e apenas sete peças (3,7%) apresentaram *tortura*. Destas sete, duas eram notícias, três eram editoriais e duas eram cartas ao editor. *Assim sendo, podemos dizer que, das 242 notícias publicadas no Post sobre Abu Ghraib, apenas duas usaram “tortura” como o enquadramento principal dos acontecimentos.*<sup>4</sup>

Nestas duas notícias, uma análise qualitativa demonstra que *tortura* estava ainda distante de Abu Ghraib, de forma subtil. O parágrafo inicial da notícia de 11 de Maio, com o título *The Psychology of Torture*, diz: “As tropas norte-americanas que abusaram de iraquianos na prisão de Abu Ghraib, perto de Bagdad, não são patologicamente sádicas, mas sim pessoas comuns que sentiram que estavam a fazer o trabalho sujo necessário para ganhar a guerra, como afirmaram especialistas de história e psicólogos da *tortura*” (ênfase nossa). Sublinhe-se que mesmo neste artigo que relaciona directamente Abu Ghraib e *tortura*, os soldados são ainda assim descritos como tendo meramente “abusado” dos prisioneiros. Mesmo nos dois artigos que associaram Abu Ghraib a *tortura*, não foram referidos aspectos como quem eram as pessoas que estavam a ser torturadas, por que tinham sido presas e por que razão as autoridades as tinham considerado como prisioneiros importantes para os serviços secretos? Essas questões foram brevemente levantadas num editorial, onde se afirmava que a maioria dos prisioneiros no Iraque estava “inocente de qualquer crime”. Por outras palavras, mesmo nas notícias que em termos temáticos exploraram a legalidade e a ética da *tortura*, a própria *tortura* acaba por se constituir como um enquadramento muito limitado.

A quem podemos atribuir o uso das diversas etiquetas? O Quadro 8 mostra as fontes destas etiquetas nas notícias e nos artigos de opinião. O cruzamento da variável “jornalista como fonte” e da variável “etiqueta dominante” sugere que as etiquetas foram maioritariamente utilizadas pelo jornalista, e não por fontes de informação exteriores. Mesmo nos artigos de opinião, e mesmo quando se emprega o termo *tortura*, mais carregado de sentido em termos políticos, essa etiqueta é utilizada com mais frequência pelo jornalista do que

**Quadro 8 - Artigos nos quais os jornalistas foram a fonte primária da etiqueta, por tipo, no *Washington Post*, desde 1 de Abril de 2004 a 29 de Setembro de 2004**

| Etiqueta    | Notícias (n = 242) | Artigos de opinião (n = 52) |
|-------------|--------------------|-----------------------------|
| Abuso       | 95% (179)          | 81% (26)                    |
| Tortura     | 55% (5)            | 77% (7)                     |
| Maus tratos | 85% (6)            | 100% (2)                    |
| Escândalo   | 100% (29)          | 42% (3)                     |

\*Os números entre parênteses são as frequências de cada célula; as percentagens não estão arredondadas.

por uma fonte exterior (a única exceção a este padrão é o uso do termo *escândalo* nos artigos de opinião). É interessante verificar, porém, que, nas *notícias*, o termo *tortura* foi mais utilizado como expressão atribuída a fontes exteriores. Isto mostra a relutância do jornalista em usar o termo, mas também sugere um contraste evidente: nos artigos de opinião, os jornalistas tiveram mais liberdade para falar em *tortura* do que nas *notícias*.

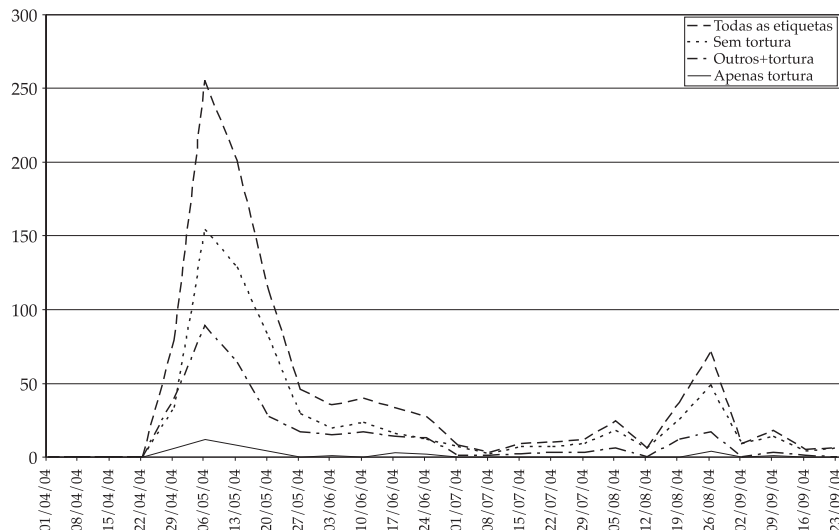
### A cobertura de outros jornais norte-americanos

Na cobertura jornalística norte-americana, os padrões são semelhantes aos do *WA Post*. Analisámos as frequências das três principais etiquetas na cobertura de Abu Ghraib e relacionámos as histórias através de uma amostra constituída por dez jornais nacionais, de 1 de Abril a 29 de Setembro de 2004. Os resultados mostraram que, de quase mil artigos ( $n = 938$ ), quase todos referiram pelo menos uma das três etiquetas que o nosso estudo do *WA Post* mostrou serem as mais comuns: *maus-tratos*, *abuso* e *tortura*. Mais de metade dos itens ( $n = 517$ ), porém, não mencionaram o termo *tortura*, e quase nenhum ( $n = 10$ ) o utilizou isoladamente, apesar de cerca de um terço o utilizar em associação com outras etiquetas.

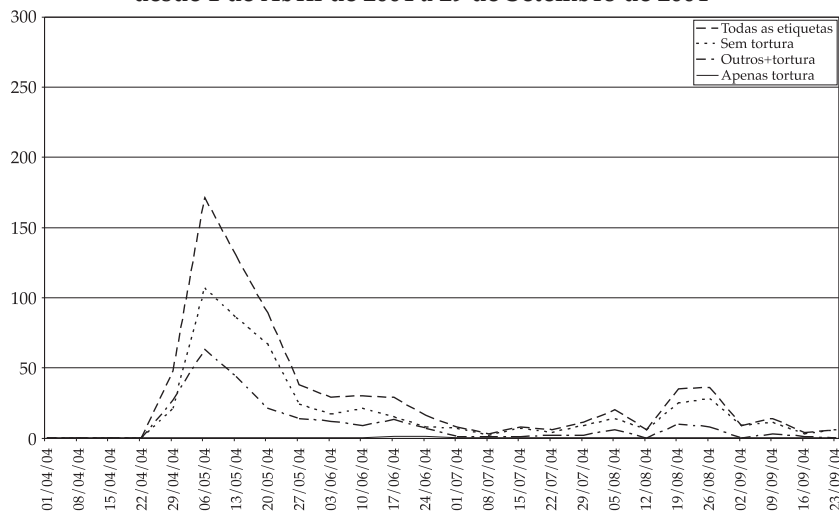
Segundo a nossa análise, a maioria dos itens que referiram a palavra *tortura*, e não outras etiquetas, foi publicada na segunda e a terceira semana após o surgimento das imagens de Abu Ghraib na CBS, ou seja, nas duas principais semanas do desenvolvimento da história. As outras etiquetas expandiram-se nas semanas seguintes. Da mesma forma, o termo *tortura* associado a outras etiquetas surgiu quase inteiramente na segunda e terceira semanas. Em todos os jornais da amostra, a maior parte dessas referências apareceu precisamente nessas duas semanas. Embora a história continuasse a aparecer nas notícias durante o Verão, a palavra *tortura* deixou de ser utilizada.

As Figuras 1 e 2 mostram que *tortura* raramente foi utilizada de forma isolada, em particular nas notícias. Ambas mostram o número de artigos da amostra de jornais norte-americanos entre Abril e Setembro de 2004, que referiam as diversas combinações das três principais etiquetas utilizadas para descrever os acontecimentos de Abu Ghraib.<sup>5</sup> A Figura 1 apresenta os dados das notícias e dos artigos de opinião e a Figura 2 centra-se apenas nas notícias. Ambas mostram que o número de itens jornalísticos que utilizam apenas a palavra *tortura* é pequeno, e nas notícias, esse número é ainda mais reduzido. A predominância da categoria *tortura + outros* sugere que quando *tortura* aparece nas notícias e nos artigos de opinião, está geralmente associada e eventualmente equilibrada por outras etiquetas.

**Figura 1 - Referências às várias etiquetas em associação com Abu Ghraib nas notícias e nos artigos de opinião, amostra dos jornais nacionais, desde 1 de Abril de 2004 a 29 de Setembro de 2004**



**Figura 2 - Referências às várias etiquetas em associação com Abu Ghraib apenas nas notícias, amostra dos jornais nacionais, desde 1 de Abril de 2004 a 29 de Setembro de 2004\***



### Discussão dos resultados

Estes dados sugerem que o enquadramento *tortura* atingiu o seu auge, ainda que precoce e limitado, nas semanas imediatamente posteriores ao aparecimento da estória de Abu Ghraib, e entrou rapidamente em declínio. Assim sendo,

enquanto *tortura* surgiu de uma forma limitada e fugaz na cobertura jornalística de Abu Ghraib, o enquadramento *abuso* nunca desapareceu. Por que é que (pelo menos, de acordo com os resultados do nosso estudo), dada a existência de fortes provas documentais, as organizações noticiosas norte-americanas abandonaram o enquadramento *tortura*?

Em parte, a relutância em usar o termo *tortura* pode reflectir precisamente aquilo que Entman refere como incongruência cultural, que destrói certos enquadramentos. Assim, poderíamos considerar o abandono do termo *tortura* por parte dos media apenas como parte da dificuldade de muitos norte-americanos em usar abertamente uma palavra para descrever o seu próprio país, associada aos regimes tiranos mais cruéis. No entanto, esta explicação não é satisfatória porque, no seguimento da estória aqui apresentada (e do assunto da nossa futura pesquisa), *tortura* tornou-se efectivamente uma palavra relativamente usada nas notícias sobre a confirmação de Alberto Gonzales para o cargo de Procurador-geral. Além disso, os jornalistas rapidamente caracterizaram o infame memorando de Gonzales, divulgado em Maio, depois do aparecimento das fotografias de Abu Ghraib, como “memorando da tortura”. Aliás, uma rápida pesquisa na base de dados Nexis mostra que o *Post* associou os termos *tortura* e *Gonzales* 58 vezes entre Junho de 2004 e Janeiro de 2005, 37 das quais entre meados de Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005. Em ambos os casos, a expressão apareceu mais vezes do que nos cerca de 300 itens jornalísticos sobre Abu Ghraib entre Abril e Setembro de 2004.

De acordo com os modelos de enquadramentos noticiosos e de definição de eventos descritos neste artigo, atribuímos a relativa fraqueza do enquadramento *tortura* nas notícias à tendência bem patente da grande imprensa em seguir as orientações das autoridades institucionais, face à ausência de um significativo desacordo entre as elites (Bennett, 1991; Entman, 2004). O único vestígio de um enquadramento de contestação foi breve e desequilibrado, tendo-se desenvolvido nas duas semanas seguintes à divulgação das fotografias. O seu auge ocorreu entre 6 e 12 de Maio, quando quase metade (12) de um total de 28 referências ao termo *tortura* apareceu nas notícias. A concentração da palavra *tortura* nesta semana reflectiu a combinação de dois aspectos: a cobertura de acontecimentos por parte da imprensa que incluía a divulgação de relatórios críticos da Cruz Vermelha e da Amnistia Internacional; e as afirmações de “diversos senadores”, que, segundo o *Post*, “desafiaram a noção de que simples militares poderiam ter tomado medidas humilhantes por sua própria iniciativa” e levantaram questões sobre a ligação entre decisões ao mais alto nível e os incidentes de Abu Ghraib. Num clima político diferente, estes materiais poderiam ter dado origem a um enquadramento de contestação mais vigoroso nas notícias. No entanto, no contexto da guerra contra o terrorismo, o governo conseguiu

utilizar as afirmações dos Republicanos em conjunto com os documentos e os testemunhos de militares chave para fazer desaparecer o rótulo *tortura*, pelo menos quando aplicado a Abu Ghraib (suspeitamos também que a Casa Branca pode ter feito um trabalho de bastidores com o *Post*, como sucedeu com o atraso da estória no programa *60 Minutes II*, mas não podemos provar isso).

Em todos os acontecimentos, na semana onde *tortura* apresentou o seu único e débil desafio ao enquadramento *abuso*, o governo adoptou um modelo de “controlo de estragos”. O general Taguba e o Secretário de Estado da Defesa Rumsfeld apareceram nas audiências do Comité Militar do Senado e ambos atribuíram o problema dos abusos à falta de preparação e de supervisão dos militares na prisão. Rumsfeld pediu desculpa aos iraquianos “abusados” pelos militares norte-americanos e prometeu-lhes “compensação adequada”. O mesmo responsável admitiu que falhara na comunicação do problema quer ao Presidente quer ao Congresso e anunciou que militares seniores examinariam as investigações e determinariam se novas seriam necessárias. Acima de tudo, Rumsfeld afirmou: “estes acontecimentos ocorreram sob a minha alçada. Como secretário de estado da Defesa, sou responsável por eles e assumo todas as responsabilidades.”

Nessa mesma semana, os republicanos da Casa Branca organizaram uma votação de 365-50 para produzir uma resolução que condenasse os “maus tratos” aos prisioneiros iraquianos, afirmando que “os alegados crimes de alguns indivíduos não deveriam ser generalizados ao enorme sacrifício de mais de 300 mil membros das Forças Armadas norte-americanas que prestaram, ou ainda prestam, serviço no Iraque.” O enquadramento *tortura* tinha já desaparecido quando a imprensa seguiu Rumsfeld até ao Iraque a 13 de Maio, onde um general viria a confirmar que o Secretário de Defesa não tinha dado ordens que desencadeassem tais comportamentos. A estória do abuso foi firmemente estabelecida pela grande imprensa a 15 de Maio, quando o Departamento de Defesa fez a seguinte declaração: “Nenhum militar superior do Departamento de Defesa aprovou qualquer programa que tivesse como efeito tais abusos”. A declaração oficial apelidou as afirmações de Hersh no *New Yorker* de “pensamentos febris de quem tem pouca, ou nenhuma, ligação às actividades do Departamento de Defesa” (U.S. Information Agency, 2004). Poucos jornalistas gostariam de ver as suas estórias oficialmente apelidadas de “febris” e, a partir daí, poucos se sujeitariam a isso.

A continuação desta estória consiste no momento em que a tortura se torna finalmente proeminente, mais de nove meses após a divulgação das fotografias e associada a um contexto diferente, ou seja, aos valores assentes na lei e na moral dos nomeados pelo Presidente. Mesmo nesse contexto, as fotos da prisão que nos lembram a razão pela qual o memorando de Gonzales foi importante permanecem categorizadas segundo termos muito mais ambíguos. Durante as audiências do Senado para a nomeação de Gonzales como Procurador-geral e



de Condoleeza Rice como Secretária de Estado da Defesa, os problemas delicados de enquadramento pressupostos pela palavra *tortura* desviaram-se para as qualidades de carácter dos candidatos e para as suas tendências políticas. Através das pistas de senadores proeminentes de ambos os partidos, o nome de Gonzales ficou firmemente associado nas notícias àquilo a que os jornalistas agora denominariam como “memorando da tortura”. Assim enquadrado o problema da tortura, estas audiências representaram uma espécie de pequeno mas catártico drama mediático, onde o Senado desempenhava o papel do Coro nas tragédias gregas, avisando sobre os perigos de pensar em práticas que poderiam ser contra a lei. Mas a ligação entre o memorando e as cenas representadas nas fotos permaneceu obscura. Quando os jornalistas dos grandes media, do *National Public Radio* ao *The New York Times* – contextualizaram o memorando através da referência às práticas na prisão iraquiana ou noutros lugares, quase sempre se referiam a essas práticas não como tortura, mas como *abuso*.

Gonzales, em particular, ficou de tal modo associado ao infame “memorando da tortura” que estabeleceu um enquadramento limitado de tortura numa estória que não o tinha tido desde o surgimento do caso Abu Ghraib. A referência à tortura no caso Gonzales foi muito circunscrita. Uma vez que a palavra tortura aparecia no memorando e noutros documentos associados, era difícil de evitar. Ainda assim, algumas passagens nas mesmas notícias que tentavam associar o memorando ao Afeganistão e a Abu Ghraib tinham um enquadramento de abuso. Melhor dizendo, as questões sobre práticas norte-americanas quanto à tortura eram isoladas dos acontecimentos de Abu Ghraib.

### **Conclusão: Teoria da Imprensa e Prática Jornalística no Caso de Abu Ghraib**

Será que uma imagem vale mil palavras, ou será que são necessárias mil palavras para enquadrar uma imagem? A nosso ver, a resposta a ambas as perguntas é afirmativa. Quando as fotografias de maus-tratos a prisioneiros apareceram na imprensa em Abril e Maio de 2004, tornaram-se de imediato símbolos internacionais: homens encapuçados, uma pilha de corpos nus, cães a morderem os prisioneiros, prisioneiros de trela, homens mortos. Aquelas imagens invadiram os ecrãs dos noticiários e as páginas dos jornais e revistas. Ainda assim, qual era o seu significado? Será que as imagens constituíam prova de uma prática sistemática dos Estados Unidos para “preparar” os prisioneiros no momento dos interrogatórios – incluindo muitos civis inocentes que tinham sido apanhados pelo exército? Seriam estas acções sádicas de um número reduzido de soldados pouco vigiados, que deveriam ser punidos como sinal do compromisso assumido pelos Estados Unidos em acabar com o terror e a tortura que Saddam Hussein tinha levado a cabo na mesma prisão?

A nossa análise sugere que, no conjunto das fotografias e provas disponíveis que pressupunham um problema e uma prática de tortura, a estória foi enquadrada como um abuso lamentável por parte de alguns soldados. A este enquadramento, persistiam ainda questões sobre se o abuso tinha sido estabelecido por ordens de oficiais do Pentágono. Independentemente destas questões, a estória principal consistiu num caso isolado de abuso, e não numa prática de tortura.

A explicação dada pelo editor do *Washington Post*, Leonard Downie, pelo facto de não ter dado luz verde para inserir o enquadramento da tortura, parecia depender da definição desse termo. O problema, obviamente, consiste no facto de que definir tortura dentro ou fora da imagem constitui a essência de todo o enquadramento de contestação. Esse conflito acabou por ser relativamente parcial neste caso, provavelmente devido à falta de interesse estratégico dos Democratas em contestar a posição do governo. A teoria da indexação (Bennett, 1991) sustenta a previsão de que Downie não teria tido este dilema se, nas várias audiências do Congresso desse Verão, alguns Democratas de relevo tivessem promovido o enquadramento da tortura como um meio para levar a estória até ao Secretário de Estado da Defesa ou à Sala Oval. Mas nem os Democratas nem a grande imprensa quiseram entrar nesse enquadramento de contestação, a não ser dentro de um estilo ambíguo. Durante as eleições, John Kerry já estava a ser tão atacado pelo seu registo militar e pelas suas posições sobre a guerra que também esqueceu este assunto. Assim sendo, a afirmação de Downie sobre o tipo de informação de que precisaria para acrescentar o enquadramento da tortura à cobertura jornalística poderia ser explicada através do código operante da grande imprensa para incluir *quem* (na hierarquia política das fontes) define *o quê* como tortura. Estas regras de enquadramento separam a imprensa dominante da imprensa alternativa, que em muitos casos aplicou o enquadramento da tortura. As principais organizações noticiosas, pelo contrário, hesitaram em usar fontes “menores” como a Cruz Vermelha, para introduzir e sustentar outros enquadramentos. Consequentemente, nem as imagens nem as palavras constantes de diversos documentos foram suficientes para introduzir um enquadramento de contestação, competitivo na estória.

Aparentemente, o enquadramento do abuso foi um compromisso interpretativo que conciliou a versão do governo com a falta de vontade do jornalismo em introduzir um argumento alternativo numa estória desta magnitude. Se os Democratas ou membros destacados do partido Republicano o tivessem feito, o resultado provavelmente seria diferente, como previsto pelas teorias do consenso oficial (Hallin, 1986) e da indexação (Bennett, 1991). No entanto, parece que os Democratas tinham razões estratégicas para ignorar o problema; por outro lado, também a imprensa ignorou as exigências relacionadas com a sua função de vigilância.

Ironicamente, alguns dos jornais que se situaram dentro do enquadramento do abuso nas notícias também publicaram editoriais que apelidaram estes incidentes como tortura, o que significa que os mesmos editores que estabeleceram o tom do enquadramento noticioso estavam mais dispostos a utilizarem as mesmas provas para sustentar o enquadramento da tortura e a levantarem questões políticas nas páginas editoriais. Como referimos, isto fez com que a questão fundamental da tortura e o seu estatuto oficial se transformasse numa conversa paralela entre as elites de Washington, e não num debate nacional de perspectivas alternativas e sustentadas que poderiam ter sido veiculadas aos cidadãos comuns.

### Notas

<sup>1</sup> Da mesma forma, um inquérito do Pew Center, em Agosto de 2004 concluiu que, para 53% dos inquiridos, “a utilização da tortura contra suspeitos de terrorismo” raramente ou nunca se justifica; paralelamente, 43% respondeu que algumas vezes ou frequentemente se justifica (Pew Center 2004).

<sup>2</sup> Dois exemplos de artigos excluídos da nossa análise: um com o título *Justices Back Detainee Access To U.S. Courts*, referindo uma decisão do Supremo Tribunal em Junho de 2004 relacionada com prisioneiros alegadamente terroristas detidos em Guantanamo; outro com o título *Kerry Assails Bush On Iraq*, uma notícia sobre a campanha para as presidenciais.

<sup>3</sup> O termo de pesquisa usado para verificar se as peças jornalísticas estavam associadas a Abu Ghraib ou outros problemas relacionados foi “lead (Abu Ghraib ou (prisão e Iraque\*).”

<sup>4</sup> É importante sublinhar que pedimos aos codificadores para descrever a forma como os acontecimentos de Abu Ghraib eram descritos, daí que estes resultados mostrem que a “tortura” apareceu raramente nas notícias *como uma forma para descrever o que aconteceu em Abu Ghraib*.

<sup>5</sup> “Todas as etiquetas” = todos os artigos que mencionem as expressões “maus-tratos”, “abuso” e/ou “tortura”; “Sem tortura” = todos os artigos que refiram “maus-tratos” ou “abuso”, mas não mencionem “tortura”; “Outros + tortura” = todos os artigos que mencionem “tortura” e também “abuso” ou “maus-tratos”; “Apenas tortura” = todos os artigos que refiram “tortura”, mas não “maus-tratos” ou “abuso”.

### Bibliografia

- Bennett, W. Lance. (1991). Toward A Theory of Press-State Relations. *Journal of Communication* 40(2): 103-25.
- . (2005). *News: The Politics of Illusion*, 6<sup>th</sup> ed. New York: Longman.
- Bennett, W. Lance e Regina G. Lawrence. (1995). News icons and the mainstreaming of social change. *Journal of Communication* 45(3): 20-39.

- Bennett, W. Lance e Steven Livingston. (2003). A Semi-Independent Press: Government Control and Journalistic Autonomy in the Political Construction of News. *Political Communication* 20 (4): 359-62.
- Cook, Timothy. (1998). *Governing with the News: The News Media as a Political Institution*. University of Chicago Press.
- Danner, Mark. (2004). *Torture and Truth: America, Abu Ghraib, and the War on Terror*. New York Review Books.
- Dowd, Maureen. (2005, January 30). Torture Chicks Gone Wild. *The New York Times*, Wk 17.
- Downie, Leonard, Jr. (2004, May 21). Iraq: New Abuse Details. Online chat with readers. *The Washington Post*.  
<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A44952-2004May21.html> accessed Feb 2, 2005.
- Entman, Robert M. (2004a). *Projections of power: Framing news, public opinion and U.S. foreign policy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Entman, Robert M. (2004b). Punctuating the Homogeneity of International News; Abusing Prisoners vs. Killing Civilians. Paper presented at the 2004 Annual Meeting of the American Political Science Association, Chicago, IL.
- FAIR. (2004, June 10). Activism Update: NY Times Responds to FAIR Alert on Torture. *Fairness and Accuracy in Reporting*.
- Gilson, Dave. (2004, December 7). Torture and truth: Tracing the origins – and aftermath – of what happened at Abu Ghraib. *Mother Jones*. [http://www.motherjones.com/news/qa/2004/12/12\\_401.html](http://www.motherjones.com/news/qa/2004/12/12_401.html) accessed January 15, 2005.
- Hallin, Daniel C. (1986). *The uncensored war: The media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press.
- Hanley, Charles J. (2003a). More Than 5,000 Detainees Sit and Wait Behind U.S. Razor Wire, Prison Walls in Iraq. *Associated Press*, October 28.
- . (2003b). Former Iraqi Detainees Tell of Riots, Punishment in the Sun, Good Americans and Pitiless Ones. *Associated Press*, October 29.
- Higham, Scott e Stephens, Joseph. (2004, May 22). Punishment and Amusement: Documents Indicate 3 Photos Were not Staged for Interrogation. *The Washington Post*. A1.
- International Committee of the Red Cross. (2004). Report of the International Committee of the Red Cross (ICRC) On the Treatment by the Coalition Forces of Prisoners of War and Other Protected Persons By the Geneva Conventions In Iraq During Arrest, Internment and Interrogation. February. Accessed February 20, 2005 at [http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2004/icrc\\_report\\_iraq\\_feb2004.htm](http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2004/icrc_report_iraq_feb2004.htm).
- Kessler, Glen. (2004, May 18). U.S. Releases Human Rights Report Delayed After Abuse Scandal. *The Washington Post*. A15.
- Jackson, William E. Jr. (2004, July 9). Since That Famous Editor's Note, NY Times 'WMD' Coverage Turns Tougher. *Editor & Publisher*.
- Kurtz, Howard. (2004, August 12). The Post on WMDs: An Inside Story; Prewar Articles Questioning Threat Often Didn't Make Front Page. *Washington Post*, A1.

Landis e Koch. (1997).

Lawrence, Regina G. (2000). *The Politics of Force*. Berkeley: University of California Press.

—. (2001). Defining events: Problem definition in the media arena. In *Politics, Discourse and American Society*, eds. Roderick P. Hart and Barthlomew H. Sparrow. Lanham, MA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Lawrence, Regina G. e Thomas A. Birkland. (2002). Defining the Times: Patterns in News Coverage of September 11<sup>th</sup>. Presented at the annual meeting of the American Political Science Association, August 29<sup>th</sup>.

Meyer, Dick. 2004 (May 6). Rush: MPs 'Just Blowing Off Steam. CBS News.com. <http://www.cbsnews.com/stories/2004/05/06/opinion/meyer/main616021.shtml> Accessed Feb 2, 2005.

New York Times. (2004, May 26). The Times and Iraq. Editorial, captured as email on that date: [http://www.nytimes.com/2004/05/26/international/middleeast/26FTE\\_NOTE.htm?ex=1106629200&en=972ee83db64a076a&ei=5070&pagewanted=all&position =](http://www.nytimes.com/2004/05/26/international/middleeast/26FTE_NOTE.htm?ex=1106629200&en=972ee83db64a076a&ei=5070&pagewanted=all&position=)

Okrent, Daniel. (2004, June 1). "Torture" vs. "Abuse" in The Times's Coverage of Iraqi Prisons. *The New York Times*. Accessed February 24, 2005. <http://forums.nytimes.com/top/opinion/readersopinions/forums/thepubliceditor/danielokrent/index.html?offset=31>

Pew Research Center/ (2004, August 18). *Foreign Policy Attitudes Now Driven by 9/11 and Iraq*. <http://people-press.org/reports/print.php3?PageID=871>. Accessed February 16, 2005.

PIPA/Knowledge Networks Poll. (2004, July 22). Americans on Detention, Torture, and the War on Terrorism. Program on International Policy Attitudes. The University of Maryland.

Priest, Dana e Joe Stephens. (2004, May 11). Secret World of U.S. Interrogation; Long History of Tactics in Overseas Prisons Is Coming to Light. *Washington Post*, A1.

Ricchiardi, Sherry. (2004). Missed Signals: Why did it take so long for the news media to break the story of prisoner abuse at Abu Ghraib? *American Journalism Review*. August/September. <http://www.ajr.org/Article.asp?id=3716> Accessed January 15, 2005.

Traugott, Michael e Ted Brader. 2002. Patterns In the News Coverage of the September 11<sup>th</sup> Attacks and Their Consequences. Presented at The Restless Searchlight: Terrorism, the Media, and Public Life at the Joan Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy, Harvard University, August 28.

U.S. State Department (2004, August 27). Foreign Media Reaction: Early Report. Bureau of Intelligence and Research.

U.S. Information Agency. (2004, May 17). "Defense Dept. Denies Prison Abuses Result of Sanctioned Training" <http://usinfo.state.gov/mena/Archive/2004/May/17-761661.html>. Accessed February 24, 2005.